



SINDICATO DOS TÉCNICOS SUPERIORES  
DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA



## PRÉ-AVISO DE GREVE

### A - ENTIDADES DESTINATÁRIAS

Primeiro-Ministro; Ministro das Finanças; Ministro da Economia; Ministro da Saúde; Ministro da Educação; Ministro da Defesa Nacional; Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; Ministra da Justiça; Ministro do Ambiente; Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa; Presidente do Governo Regional dos Açores; Presidente do Governo Regional da Madeira; Secretaria Regional da Saúde e a todos os Secretários Regionais dos Açores; Secretaria Regional da Saúde e a todos os Secretários Regionais da Madeira; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente: Administrações Regionais de Saúde, Agrupamentos de Centros de Saúde, Estabelecimentos Hospitalares independentemente da sua designação, Unidades Locais de Saúde; Institutos Públicos e demais Serviços e Organismos da Administração Pública, que tenham ao seu serviço Trabalhadores da carreira de Técnico de Diagnóstico e Terapêutica, independentemente da sua área de exercício funcional, ou de regime de vinculação, ou colaboração.

### B – OBJETIVOS DA GREVE

#### EXIGIR:

1. **A IMEDIATA APROVAÇÃO, EM CONSELHO DE MINISTROS, DOS PROJETOS DE DIPLOMA DE REVISÃO/CRIAÇÃO DAS CARREIRAS DE TÉCNICOS SUPERIORES DAS ÁREAS DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA, RESPECTIVAMENTE EM REGIME DE CTFP E CIT, NOS TERMOS DO ACORDO FIRMADO ENTRE O GOVERNO E OS SINDICATOS, NO PASSADO DIA 12 DE DEZEMBRO;**
2. **APRESENTAÇÃO PELO GOVERNO, ATÉ AO DIA 31 DE MAIO DE 2017, DE UMA PROPOSTA DE PROTOCOLO NEGOCIAL, DEVIDAMENTE CALENDARIZADO PARA 2017, DO QUAL CONSTEM AS SEGUINTE MATÉRIAS, ENTRE OUTRAS:**
  - a) **Regime de transição dos TSDT para as novas Carreiras;**
  - b) **Tabelas Salariais;**
  - c) **Novo regime de Titulação e Designação Profissional;**
  - d) **Regime de Concursos;**
  - e) **Regime de Avaliação do Desempenho**

### C - DECRETAÇÃO

Pelos motivos expostos, o **SINDITE – Sindicato dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica**, com sede social na Rua Damião de Góis, nº 93, S/LJ, sala 1, 4050-225 Porto, nos termos do disposto nos artigos 394º, 395º, 396º e 397º, todos da Lei nº 35/2014, de 20.06 que aprova o regime da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e, bem assim como nos termos dos artigos 530º, nº 1 e 2, 531º, nº 1, 532, nº 1, 534º, nº 1, 2 e 3, 535º, nº 1, 2 e 3, 536º, 537º, nº 1, 2 alínea b) e 4 e 540º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei nº 7/2009, de 12.02, vem declarar e tornar pública **greve dos trabalhadores pertencentes à carreira de Técnico de Diagnóstico e Terapêutica**, a exercer funções no âmbito da prestação de serviços e cuidados de saúde, investigação e ensino, das áreas de Audiologia, Cardiopneumologia, Dietética, Fisioterapia, Saúde Ambiental, Neurofisiologia, Ortoprotesia, Ortopédia, Prótese Dentária, Radiologia, Radioterapia, Análises Clínicas e Saúde Pública, Anatomia Patológica, Citológica e Tanatológica, Farmácia, Medicina Nuclear, Terapia da Fala, Terapia Ocupacional e Higiene Oral, no âmbito territorial e pessoal acima melhor identificado, independentemente da natureza do vínculo, cargo ou função, ou setor de atividade dos trabalhadores abrangidos, vinculados em regime de emprego público ou, em regime laboral comum, com efeitos **no período compreendido entre as 00H00 horas do dia 31 de maio de 2017 e por tempo indeterminado**, como forma de luta e de protesto pelos motivos invocados.

**D – SERVIÇOS MÍNIMOS**

Nos termos da lei, o SINDITE e os trabalhadores assegurarão a prestação dos serviços necessários à segurança e manutenção do equipamento e instalações e dos serviços mínimos indispensáveis para acorrer à satisfação de necessidades sociais impreteríveis, nos termos dos acórdãos, acordos ou despachos que regulem esta matéria ou na sua falta nos termos do trabalho prestado aos domingos, mais precisamente:

- a) Nos serviços que laboram ininterruptamente nos sete dias da semana, a amplitude dos cuidados de saúde, bem como as equipas a assegurar os serviços mínimos, terão a mesma composição e natureza de serviços a assegurar aos domingos, desde que os Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica nesses serviços prestem cuidados durante as 24 horas.
- b) A organização da composição das equipas responsáveis pelos serviços mínimos é da responsabilidade dos respetivos profissionais, nos termos do número anterior, salvo se ocorrerem situações extraordinárias e não previsíveis para o período da greve.
- c) Caso se verifique que os não grevistas são em número igual ou superior aos que seriam necessários para assegurar os serviços mínimos, cabe a estes garantir os mesmos.
- d) Os grevistas não têm o dever legal de render os trabalhadores não aderentes à Greve findo o turno destes.
- e) São assegurados os serviços mínimos aos doentes oncológicos que:
  - I. Estejam em tratamento de quimioterapia e radioterapia iniciado antes da greve ou em início de tratamento, classificados como de nível de prioridade 4, bem como aos que tenham cirurgias programadas e consideradas de nível 3, nos termos do n.º 3, da Portaria n.º 1529/2008, de 26 de dezembro;
  - II. Aos doentes em situação clínica de alimentação parentérica programada antes do pré-aviso de greve, bem como as situações urgentes que se verifiquem e estejam devidamente fundamentadas pelo médico prescriptor.

Porto, 15 de maio de 2017

A Secretária-Geral  
Dina Carvalho

O Presidente  
José Edgar Loureiro